

**A. I. Nº** - 157065.0060/00-6  
**AUTUADO** - ALAGOINHAS MÁRMORE INDÚSTRIA & COMÉRCIO LTDA.  
**AUTUANTE** - GERANILSON DANTAS REQUIÃO  
**ORIGEM** - INFAZ ALAGOINHAS  
**INTERNET** - 30.07.02

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0255-02/02

**EMENTA:** ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Diferença constatada no cotejo entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. a) CANCELAMENTO IRREGULAR. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovado o cancelamento irregular das notas fiscais. É devido o imposto apurado. b) OPERAÇÃO TRIBUTÁVEL COMO NÃO TRIBUTÁVEL. Infração não contestada. c) FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS SUJEITAS À TRIBUTAÇÃO. MULTA. Descumprimento de obrigação acessória punível com multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. 3. LIVROS FISCAIS. REGISTRO DE SAÍDAS. REGISTRO DE OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO ISENTAS. Confronto realizado entre a Declaração do Imposto de Renda com os valores lançados na escrita fiscal. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/11/2000, refere-se à exigência de R\$18.862,21 de imposto, mais multa, tendo em vista que foram constatadas as seguintes irregularidades:

1. Recolhimento do ICMS efetuado a menos, em decorrência de desencontro entre o valor do imposto pago e o escriturado no Livro Registro de Apuração do ICMS, no mês de agosto de 1996.
2. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis em decorrência de cancelamento irregular das Notas Fiscais de números 199 a 211, emitidas em janeiro de 1996.
3. Deixou de recolher o ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas, no mês de janeiro de 1997.
4. Entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Multa.
5. Deixou de recolher o ICMS relativo ao fornecimento de mercadorias com prestação de serviço não compreendida na competência tributária do município. Foi apurado pela Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, que foi lançado a título de prestação de serviços e como isentas, mercadorias referentes a resíduo de mármore, nos exercícios de 1996 a 1998.

O contribuinte impugnou o Auto de Infração apresentando preliminar de nulidade, alegando em primeiro lugar, que a intimação ao sujeito passivo é pessoal, com oposição da ciência pelo contribuinte, seu representante legal ou preposto. Disse que a ciência foi dada por pessoa que

subscreveu, que não possui outorga para tanto, e por isso, ilegítima para configurar a legalidade do ato. Aduziu que, embora tenha ficado impossibilitado de elaborar um demonstrativo circunstanciado dos fatos, identificou erro que está apontando nas razões de defesa quanto ao item 04. Argumentou que não foi anexada aos autos qualquer prova da existência de documentos fiscais que serviram de base para o levantamento fiscal, e se existentes, não foram apresentadas para análise. Por isso, renova o pedido de nulidade do Auto de Infração, com fulcro no art. 18, inciso IV do RPAF/99.

O autuante apresentou informação fiscal, dizendo que teve de prorrogar a Ordem de Serviço porque o autuado atrasou a exibição dos livros e documentos solicitados, sendo apresentadas quatro intimações ao contribuinte, que alegou ter ocorrido pane em seu computador, apagando a memória, e por isso, houve necessidade de apuração da receita pela Declaração do Imposto de Renda. Quanto às notas fiscais relacionadas no demonstrativo de fls. 26/27, o autuante informou que houve pesquisa no sistema CFAMT, cuja listagem de fls. 143 a 149 foi apresentada ao contribuinte e seu contador, e os documentos fiscais não foram escriturados no livro Registro de Entradas. Contestou a alegação de que o Sr. José Augusto Almeida da Silva não é preposto da empresa, argumentando que o mesmo é funcionário, conforme registro na página 32 do livro Registro de Empregados nº 03 (documentos de fls. 150 e 151).

## VOTO

Quanto à preliminar de nulidade requerida pelo defendente, constatei que o PAF está revestido das formalidades legais e não se encontram presentes os motivos elencados nos incisos I a IV do art. 18, do RPAF/99. Não foi acatada a alegação de que a ciência do Auto de Infração foi efetuada por pessoa ilegítima, considerando que está comprovado às fls. 149/150 dos autos, que a assinatura comprobatória do recebimento do Auto de Infração pertence a um empregado do autuado, e por isso, é tido como preposto, assim entendido em decorrência do vínculo empregatício com o sujeito passivo, conforme art. 3º, inciso III, do RPAF/99. Assim, fica rejeitada a preliminar de nulidade requerida nas razões de defesa.

Quanto ao mérito, observo que o autuado apresentou questionamento somente em relação à infração 04, alegando que embora não tenha sido possível elaborar um demonstrativo para contrapor o levantamento fiscal, o recorrente identificou erro, argumentando que não foi anexado aos autos qualquer prova da existência dos documentos que serviram de base para os levantamentos fiscais, e se os documentos existem, não foram apresentados para ser realizada a necessária análise e conferência.

O primeiro item do Auto de Infração trata de imposto lançado e recolhido a menos, tendo em vista que foi realizado cotejo entre o valor do imposto pago e o escriturado no livro RAICMS, conforme descrição dos fatos, fl. 02 do PAF.

O item 02 se refere a cancelamento irregular das Notas Fiscais de números 199 a 211, emitidas em janeiro de 1996, fls. 12 a 23, sendo exigido o imposto relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis em decorrência da irregularidade apontada, tendo em vista que de acordo com o art. 210 do RICMS/97, em caso de cancelamento de documento fiscal, conservar-se-ão no talonário todas as suas vias com declaração do motivo que determinou o cancelamento e referência ao novo documento, se for o caso, devendo também ser registrado no livro fiscal o motivo do cancelamento, na coluna “observações”. Entretanto, constata-se pelas cópias das notas fiscais acostadas aos autos que não houve cumprimento à exigência regulamentar do mencionado art. 210 do RICMS/97.

A infração 03 é decorrente de operação com mercadoria tributável efetuada como não tributável, em janeiro de 1997, sem apresentação pelo autuado de qualquer comprovação contrária à acusação fiscal.

O item 05 do Auto de Infração se refere à falta de recolhimento do ICMS relativo ao fornecimento de resíduo de mármore sem o pagamento do imposto, irregularidade apurada pelo cotejo entre os livros Registro de Saídas e RAICMS com a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme demonstrativos acostados aos autos, referentes aos exercícios de 1996 a 1998.

De acordo com as razões defensivas, o contribuinte não contestou as infrações 01 a 03 e 05, haja vista que apresentou alegações apenas em relação ao item 04. Por isso, voto pela procedência dos itens não impugnados, tendo em vista que não existe controvérsia, ressaltando-se que os fatos alegados por uma das partes são admitidos como verídicos, quando não contestados, de acordo com o art. 140 do RPAF/99.

Em relação à infração 04, foi alegado nas razões de defesa que não foi anexado aos autos qualquer elemento de prova, e se os documentos existem, não foram apresentados ao contribuinte.

Entretanto, constata-se que foi elaborado pelo autuante demonstrativo das notas fiscais não lançadas, fls. 26/27, ficando esclarecido na informação fiscal que as notas fiscais foram identificadas pelo sistema CFAMT, cuja listagem anexada aos autos, fls. 142 a 148 foi apresentada ao contribuinte e seu contador, e os documentos fiscais não foram escriturados no livro Registro de Entradas.

A legislação prevê que a escrituração de livros fiscais deve ser efetuada com base nos documentos relativos às operações ou prestações realizadas pelo contribuinte, não pode a escrituração atrasar por mais de cinco dias (RICMS/97, art. 319).

Quanto às aquisições de mercadorias, a escrituração a ser efetuada no Registro de Entradas deve ser por ordem cronológica, os lançamentos devem ser feitos documento por documento, e a falta de escrituração constitui irregularidade punível com multa de 10% do valor comercial do bem, mercadoria ou serviço sujeito à tributação, conforme art. 42, inciso IX, da Lei nº 7.014/96.

Entendo que está caracterizada a infração apurada, tendo em vista que foi constatada a falta de registro das notas fiscais relacionadas no demonstrativo de fls. 26/27 do PAF.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **157065.0060/00-6**, lavrado contra **ALAGOINHAS MÁRMORE INDÚSTRIA & COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$17.622,75**, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60% sobre R\$17.290,53, prevista no art. 61, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 4.825/89, e no art. 42, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e de 70% sobre R\$332,22, prevista no art. 61, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios correspondentes, além da multa no valor de **R\$1.239,46**, atualizado monetariamente, prevista no art. 42, inciso IX, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de julho de 2002.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR